Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Pregão eletrônico: 006/2023
Sistema de registro de preços: 002/2023
Processo administrativo: 02.00149/2020

H2W SOLUÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob 19.726.807/0001-34, com sede à Avenida Canal Belém, 4051, Curitiba, Paraná/Pr- CEP 81510-210, por seu sócio Willian Mandú Lopes, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria apresentar, tempestivamente,

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto por OLIVEIRA SERVIÇOS DE EXTRAÇÃO DE CASCALHO EIRELI, o que faz através dos termos adiante delineados, requerendo, após recebidas e processadas, seja negado provimento.

1. BREVE RELATO

Insurge-se a Recorrente em face da decisão proferida comissão de licitação que declarou como vencedora do certame, relativamente aos itens I e II do Processo administrativo n. 02.00149/2020, aduzindo, em suma, inexistência de autorização de extração em nome da ora petionária.

Pretende a Recorrente, por via do recurso ora combatido, a declaração de inabilitação e abertura de processo sancionatório em face da H2W Soluções Ltda.

2. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS TÉCNICOS DE HABILITAÇÃO CONFORME PREVISÃO EDITALÍCIA

A Recorrente, em extenso arrazoadado, sustenta inobservância da Recorrida ao contido no item 13.6 do Edital, que assim dispõe:

13.6. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar obrigatoriamente em nome da empresa que participar do presente certame e, deverão conter o mesmo CNPJ e endereço respectivo:

Para além dos documentos de habilitação jurídica, o instrumento convocatório exigiu documentos para comprovação da qualificação técnica, assim compreendidos aqueles elencados no item 12.9. Veja-se:

12.9. Qualificação Técnica

12.9.1. Apresentação de atestado de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto a ser licitado, e ainda:

12.9.1.1. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

12.9.2. Registro de Extração dos Minerais, expedido pela Agência Nacional de Mineração – ANM¹.

12.9.3. Licença Ambiental de Operação – LAO, definida da jazida a ser explorada e válida por toda vigência do contrato.

12.9.4. Declaração (Modelo próprio da Licitante), sob pena da lei, que a jazida reservada para Prefeitura Municipal de Porto Velho possui capacidade de fornecimento de material compatível com o volume do material registrado e que manterá, durante todo o período contratual, disponibilidade do material licitado em quantidade necessária para entrega conforme condições estabelecidas no edital de licitação e no contrato.

Dentre os documentos técnicos apresentados por ocasião do certame, apresentou a Recorrida licença de extração mineral em nome de José Celestino Afonso Pimentel, bem como Licença de Operação Ambiental em nome de Cascalheira Bela Vista Eireli.

Nesse compasso, suprindo a exigência editalícia, fora apresentada declaração de comprometimento fornecida pela Cascalheira Bela Vista Eireli, nos seguintes termos:

"DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa CASCALHEIRA BELA VISTA,, inscrita no CNPJ nº 15.665.620/0001-17, localizada na Estrada 13 de Setembro, Bairro Viçosa, na cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia, Declara que, irá fornecer para a empresa H2W SOLUÇÕES LTDA EPP, sob pena da lei, possui capacidade de fornecimento de material compatível com o volume do material registrado e que manterá, durante todo o período contratual, disponibilidade do material licitado em quantidade necessária para entrega conforme condições estabelecidas no edital de licitação 006/2023/SML/PVH. "

Há, portanto, enlace documental suficiente para arrimar o resultado declarado, não havendo, portanto, que se falar em inabilitação da ora Recorrida.

Ainda, eventual cessão da licença de extração ou de operação se apresenta como indevida na fase de habilitação, haja que, declarado o vencedor, abre-se via para protocolo, inclusive acerca do quantitativo e localização, junto aos órgãos competentes. Na fase de habilitação basta comprovação da condição técnica ao fornecimento!

Ademais, a interpretação dada pela Recorrente obstará a livre concorrência, haja vista restrição e possível direcionamento, causando prejuízo à melhor proposta e, por conseguinte, ao erário.

Cumpra consignar que a administração pública, para além dos demais princípios norteadores, deve se guiar pela razoabilidade, de modo que exigências desconexas e que comprovadamente trarão prejuízos à municipalidade, merecem afastamento.

Nesse diapasão:

(...)

32. O edital do PE 32/2019 exigiu declaração de fabricante como condição de habilitação técnica, comprovando que o licitante faz parte do programa de canais e está apto a comercializar os produtos de gerenciamento de serviço com assistente virtual cognitivo (peça 5, p. 24, item 9.11.2) .

33. A jurisprudência do TCU considera a exigência supracitada potencialmente restritiva à competitividade do certame, sendo admitida somente em casos excepcionais, como requisito para assinatura do contrato, quando for necessária à execução do objeto contratual, situação essa que deverá ser adequadamente justificada de forma expressa e pública.

(TCU - RP: 17322021, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Data de Julgamento: 21/07/2021)

MEDIDACAUTELAR.LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA RESTRITIVA À COMPETITIVIDADE.1. É irregular exigir, para fins de qualificação técnica, a apresentação de atestado de capacitação técnico-operacional em nome da empresa e registrado no CREA, por configurar cláusula restritiva da competitividade e contrariar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, o art. 3º, caput, § 1º, I, e o art. 30, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93, bem como o art. 55 da Resolução nº 1.025/2009, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), conforme jurisprudência consolidada desta Corte de Contas (Acórdãos deste TCE/PE TC nº 1117/18, nº 1040/19, nº 1656/19) e do Tribunal de Contas da União (Acórdãos TCU nºs 1328/2010-Plenário, 655/2016-Plenário, 205/2017-Plenário, 2789/16-Plenário, 859/16 -Plenário, 1452/15 -Plenário, 872/16-Plenário e Acórdão 1842/13 -Plenário). (TCE-PE 20535340, Relator: CONSELHEIRA TERESA DUERE, SEGUNDA CÂMARA, Data de Publicação: 22/07/2020)

Ao revés do sustentado pela Recorrente, justamente para preservação dos princípios norteadores da administração pública e contratos públicos, essencialmente o da legalidade, da probidade, vinculação do instrumento convocatório e da proposta mais vantajosa é que a decisão não merece retoques.

Assim, sem maiores digressões, aparada pela firme jurisprudência dos tribunais pátrios, bem como pelos princípios norteadores da administração pública, pugna-se seja negado provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Recorrente, devendo a decisão guerreada ser mantida por seus próprios fundamentos.

Nestes termos,
p. deferimento.

Curitiba, 3 de fevereiro de 2023.

Fechar